

ABRIL - JULHO 1998



# Roteiros

31. Boletim Informativo do Instituto Dom João de Castro



VASCO DA GAMA RECEBE OS EMISSÁRIOS DO SAMORIM. 28 de Maio de 1498  
[Quadro de Domingos Rebelo. Assembleia da República (Lisboa)]

# A CRISE DO ESTADO SOBERANO NÃO É A CRISE DO ESTADO NACIONAL



O milenarismo não tem à sua disposição um tempo de exercício que ainda valha a pena considerar, e talvez seja exacto, que a entrada portuguesa no século XXI aconteceu por 1974, pela evidente razão de que nessa data foi posto um ponto final no conceito estratégico nacional que lançou o país a longe com as caravelas do Infante. Ao contrário da usada e cansada imagem, foi nessa altura um regresso ao discurso do Velho do Resto,

uma adjectivação que no poema tinha um significado mais respeitoso do que nas interpretações de hoje.

Tratava-se, no discurso da prudência, de um europeísmo mais virado para o interior plural dos seus povos, e para as áreas de segurança, como agora acontece, e menos afoito no sentido de aceitar a largada aventureira para a doação de melhores leis ao mundo de que falaria Camões com inspiração e fervor.

Dos muçulmanos vizinhos, no outro lado do pequeno braço de mar que separa o continente do Magreb, havia de persistir, com picos recorrentes, a lembrança de D. Sebastião perdido, e, depois da decisão pombalina de abandonar Mazagão, também a curiosidade foi progressivamente perdendo presença na comunidade científica e cultural, avigorando o conceito de um país com uma só fronteira terrestre, para além da qual Castela unificara a Espanha.

Estabilizados os interesses das potências que construíram impérios coloniais nos trópicos, e que foram, depois da Conferência de Berlim de 1895, as democracias estabilizadas da Europa da frente marítima atlântica, designadamente a Inglaterra, a Holanda, a Bélgica, a França e a Holanda, a nossa pequena metrópole de 92000 quilómetros quadrados regou um império condicionado pela estrutura euromundista, o que vale dizer, que essa regência se moldou pelo critério da habitualidade.

Eram ocidentais todas as soberanias coloniais com as quais seria necessário dialogar, era de origem ocidental o direito internacional que presidia às relações, o sistema português incluía elementos que não cabiam na regência da sua soberania, como era o caso da aliança inglesa, mas o equilíbrio da balança europeia garantia a estabilidade e a regularidade das soluções para conflitos menores emergentes. Em Macau a fronteira era culturalmente diferente, mas a China não tinha voz que fosse necessário ouvir na comunidade internacional.

A famosa polémica entre Alexandre Herculano e Lopes de Mendonça, sobre os caminhos de ferro, tornou claro, talvez mais intensamente do que nos escritos de outros responsáveis, como Almeida Garrett, António Enes, Luciano Cordeiro, que a independência de Portugal, e o papel que portanto desempenhava na cena internacional, tinha a sua principal segurança no equilíbrio da balança de poderes europeus.

As guerras de 1914-1918 e 1939-1945, ambas exclusivamente europeias pela origem e mundiais pelos efeitos, tocaram nessa trave mestra, e foram todavia percebidas diferentemente pelos governos das épocas respectivas.

Na primeira guerra mundial, o pensamento de Norton de Matos, enriquecido pela experiência colonial, foi principal no entendimento de que seria necessário intervir nela, ganhar o direito de estar na mesa de paz, e assim evitar que o reequilíbrio entre vencedores e vencidos viesse a fazer-se à custa da redistribuição dos territórios coloniais portugueses.

No segundo caso, muito mais dramático nas consequências visto que veio a colocar um ponto final no Euromundo, o governo português pareceu orientar-se, sucessivamente, pelas seguintes referências: salvaguardar a neutralidade em termos de evitar o avanço do rolo compressor alemão até à Península; não considerar o risco que orientou o pensamento de Norton de Matos na primeira guerra; colocar o anticomunismo na primeira linha das suas atitudes ideológicas e programáticas, na sequência da política seguida durante a guerra civil de Espanha, onde assumidamente se colocou em campo geralmente oposto ao dos chamados aliados da segunda guerra mundial.

A evolução das hostilidades levou à criação do estatuto da *neutralidade colaborante*, uma novidade jurídica que salvaguardava a dignidade, ao contrário do que entretanto aconteceu com Timor, e com uma pequena ilha de Macau, o primeiro invadido primeiro pelos aliados e depois pelos japoneses, a segunda ocupada pelos chineses.

Agora, no triângulo estratégico, a solução de empenhar uma parte do território nacional no conflito, salvaguardando a neutralidade em tudo o resto, foi pelo governo anunciado como algo que os juristas teriam grande dificuldade em racionalizar, mas era assim.

Ao contrário das interpretações hoje mais correntes, Portugal esteve assim, desde a constituição dos impérios coloniais europeus, até à desmobilização final do Euromundo em meados do século, completamente integrado na Europa, no seu sistema colonial, na sua proeminência global, no equilíbrio da balança de poderes reitores do sistema, na sustentação do direito internacional de origem europeia, no exercício de uma missão assumida ao lado das que especificamente assumiram as restantes potências da frente marítima, e que os colonizados viriam a englobar no conceito integrado e condenatório da agressão ocidental.

Foi neste ponto que Toynbee se encontrou com Panikar, que ambos definiram os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos, um juízo que desceria das distâncias académicas para o pragmatismo revolucionário de Mao, de Nasser, de Che Guevara, de Nierere.

Entre o fim da guerra de 1939-1945 e 1974, Portugal comporta-se como um protestante dentro do Euromundismo em dissolução, assumindo duas frentes: não aceitou a descolonização global, e o seu governo parece ter entendido que uma terceira guerra era provável, pelo que os interesses europeus seriam finalmente servidos pela sua intransigência; em face da dissolução da Grande Aliança da Guerra, e da formação dos blocos (NATO-Varsóvia), retomou entusiasta o anticomunismo, e deste modo deu um passo no sentido de fazer transitar a garantia da segurança própria para a balança de poderes mundial.

No entretanto de escassas duas décadas, as variações do sistema mundial afectaram profundamente a teoria e a validade das fronteiras de muitos países, no que Portugal se destacou: as antigas fronteiras multicontinentais, que todas

eram com soberanias ocidentais, pela década de sessenta passaram a ser mais de uma dezena, multiculturais, intranquilas, desafiantes, de tal modo que apenas a Espanha era um vizinho verdadeiramente ocidental; em 1974, a retirada implicou o regresso à fronteira solitária de Península, à plataforma originária dos 92000 quilómetros quadrados, para que a evolução posterior a 1989, queda do Muro de Berlim, tenha acelerado o aparecimento de uma nova fronteira geográfica, a quinze quilómetros de mar, o Magreb.

Por outro lado, a balança de poderes secular, garante da independência, deixou de ser europeia para se transformar em mundial, e o fenómeno dos grandes espaços, intermédios da mundialização que vai recorrendo ao globalismo, dissolveu a fronteira unitária do passado num complexo de limites: a fronteira geográfica progressivamente transparente (Schengen) a tender para simples apontamento administrativo; a fronteira de segurança transferida para as lonjuras da responsabilidade da NATO; a fronteira económica e política a acompanhar a evolução da fronteira e do conceito da União Europeia; a fronteira cultural a procurar forma pela união dos antigos territórios coloniais numa Comunidade identificada pela língua.

Não se trata de experiências com modelos históricos de referência no passado do Estado português, é um desafio tão novo que implicou o esgotamento do conceito estratégico nacional secular.

A primeira decisão que parece reflectir-se na redefinição necessária, mas não concluída, foi a de aceitar uma ortodoxia europeia, formalmente quando Portugal assinou a adesão às Comunidades, recuperando os modelos de regime político democrático, dos direitos do homem, de economia de mercado. Uma opção sem alternativa visível, um retorno ao equilíbrio europeu agora como garantia de retorno ao equilíbrio interno, impedindo derivações para modelos políticos estaduais que a ortodoxia europeia inteiramente repugnava.

Pareceu muito claramente apoiado nesta consideração o generalizado apoio à decisão, sem que todavia se encontrem, no pensamento português da época, projectos, doutrinas, propostas para o devir europeu da organização, e para a substituição do conceito estratégico nacional esgotado.

Por essa data, o projecto europeu ganhava já autonomia dentro do conceito mais abrangente da Aliança Atlântica, que sempre colocou a própria ambicionada fronteira dos Urales, enquanto que o europeísmo das Comunidades fôra inequivocamente da Europa ocidental, gradualista, atento às exigências organizacionais, marcado de nascimento pela prevenção de conflitos internacionais como os das duas guerras mundiais, mas funcionalmente dirigido para a reconstrução, para a recuperação, para o crescimento das rendas e abastanças, numa economia de mercado cuja confiança ancorava na segurança fornecida pela aliança militar e ideológica, isto é, pela NATO.

À medida que o realismo dos contribuintes americanos, aguçado pelos sacrifícios sem recompensa das guerras marginais no Oriente, exigia a vietnamização da guerra e a europeização da segurança, o Estado soberano era objecto de um questionário que se tornava urgente na data do regresso português à ortodoxia europeia. O Estado fora o *garante da economia de mercado, e da sua segurança, no campo ocidental; fora o responsável pela gestão da economia e pela expansão imperial, na área soviética; fora o dinamizador do desenvolvimento no terceiro mundo descolonizado e pobre. Mas a evolução mundializante esgotara de tal modo a logística da soberania absoluta, que no Norte afluente e consumidor, a questão era já a de exigir melhor Estado e menos Estado, o que afectava a função da segurança e defesa internacionalizada.*

No entretanto, a evolução foi consolidando grandes espaços intermediários entre o Estado soberano e a globalização

exigida pela mundialização das interdependências, pelo que o problema foi rapidamente de novo enunciado, em face da crise do Estado soberano, perguntando — *Que Estado?*. Nesta incerteza nos encontramos.

Tal ambiente de crise do Estado soberano aponta para uma nova *hierarquia das potências*, e para uma perplexidade sobre a natureza dos grandes espaços em formação, os quais poderão responder tanto aos modelos da *cooperação*, como aos modelos da *integração* que absorve e repete, em nova escala, os atributos e malefícios que entretanto foram alinhados pela crítica em relação ao nacionalismo agressivo e histórico de alguns europeus.

Na experiência vivida no último meio século, a NATO correspondeu à primeira resposta, a URSS tendeu para a segunda.

Com medidas e intensidades diferentes, a crise do *Estado soberano*, não significa de modo algum a crise do *Estado nacional*, mas traduz-se numa perda de faculdades pelas cúpulas em direcção a organismos internacionais de diálogo, cooperação, e gestão, e numa libertação de áreas pelas bases, a favor da sociedade civil, designadamente pelas privatizações, e das comunidades territoriais como as regiões, acrescendo a ausência de *capacidades efectivas* ainda quando a definição legal da soberania não sofre alterações.

A pluralidade das fronteiras, que ficou referida, desafia todos os Estados, mas os pequenos Estados da hierarquia que vigorou até à guerra de 1939-1945 são obviamente mais afectados. No caso da NATO todos os países mantêm iguais estatutos jurídicos, mas as capacidades hierarquizaram-se, devendo sublinhar-se a cultura de preservação da dignidade igual que se formou e foi sempre respeitada.

Até ao presente todos os elementos de referência apontam para a manutenção da vinculação atlântica, que reforça a garantia da balança de poderes mundial a favor da preservação do ofício internacional do país, seja qual for a evolução do pilar europeu de defesa.

Isto, entre mais razões, porque no sistema do mercado comum é a qualificação de *periférico* que tem cabido a um país externamente dependente dos factores exógenos, que por isso em mais de um sector sofre crises de disfunção, às quais parece difícil encontrar resposta suficiente com o critério da *empregabilidade*, este de uma operacionalidade muito dependente da distância a que nos encontramos da proposta *sociedade da informação e do saber*.

No plano das capacidades, e não das definições jurídicas de competências, a proximidade da categoria de *Estado ex-gu* aparece algumas vezes no horizonte.

Por isso tem importância avaliar em que medida a evolução previsível do sistema internacional, e a envolvimento do ambiente respectivo, nos apontam para um *país de fronteira e de articulação*, usando sobretudo o *poder funcional do triângulo estratégico*, no qual avultam os Açores, como mais uma vez foi demonstrado na crise do Golfo deste fim de século: *fronteira e articulação*, dentro da eventual nova NATO, entre o *pilar europeu e o pilar americano; fronteira e articulação entre a NATO e a área de responsabilidade do Magreb; fronteira e articulação entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul*, onde o Brasil não poderá omitir iniciativas e responsabilidades, abrangendo no movimento as soberanias de língua oficial portuguesa do continente africano.

Notar-se-à que o *poder funcional*, como a segunda guerra mundial ensinou, é um activo rodeado de perigo, porque a falta de mobilização por quem o tem pode implicar que seja confiscado por quem o necessita.

Estas articulações a grandes espaços, ao Atlântico e à União Europeia, exigem alguma ponderação no que toca a dois temas recorrentes, o iberismo e a preservação da identidade nacional.

Quanto à relação do primeiro tema com o segundo, que mais claramente recebe a designação de ameaça espanhola, talvez seja oportuno recordar que sessenta anos de corôa dual não afectaram essa identidade, e que, neste século, a acelerada e radical mudança de fronteiras e de regime também não a abalou. O que está em crise é o modelo do Estado soberano, e o acento tónico da resposta aos novos desafios está progressivamente na sociedade civil, cada vez mais transnacional também ela, e definitivamente responsável pela reforma do Estado, uma criatura inventada para a servir.

O desempenho dessa criatura, que se revestiu da soberania absoluta no Renascimento, Estado condicionado agora pela nova hierarquia das potências, atraído para os grandes espaços intermediários do globalismo que a ONU antecipou com o seu anúncio do *federalismo funcional*, exige uma nova conceptualização do poder de intervir. Concentrada a opinião pública mundial, em meio século de guerra fria, na inoperância do Conselho de Segurança, esse *federalismo funcional* das organizações especializadas, da UNESCO à FAO, pareceu desvalorizado, embora tenha sido eficaz e prestante no domínio da cooperação.

Nesse sentido sugerimos que a noção de *soberania de serviço* pode corresponder ao conceito operacional exigido pela evidência de que, à medida que alastra o critério da *legitimidade democrática originária* do poder político, cresce a exigência da sociedade civil mundializada no sentido de ser garantida pelo Estado a *legitimidade de exercício*, um critério afinado nas tarefas das organizações especializadas. A violação desta última legitimidade apela à autoridade da comunidade internacional, para o exercício da intervenção humanitária, para a organização do constrangimento externo que

obrigue à mudança do aparelho político, para o julgamento dos responsáveis, pelo exercício do poder degenerado em tribunais internacionais.

A remodelação do estatuto e função dessa criatura que é o Estado, atingiu certamente de forma desigual a pirâmide hierárquica das potências, e a suspeitada triada que pode vir a ser composta pelos EUA, Rússia e China, guardará por mais tempo uma maior, mas não total, distância do fenómeno.

Todavia, as pequenas potências, a defender-se da exiguidade, e tirando lição da experiência que foi a do conselho de Segurança da ONU, parecem dever querer, em primeiro lugar, ter sempre presença nos órgãos internacionais de consulta, coordenação e decisão, para serem parte nas políticas comunitárias de cada grande espaço, para estarem presentes na execução delas, para eventualmente apoiarem nessa internacionalização participada a descoberta e sustentação de espaços livres para a sua autonomia e criatividade. Parece seguro que é no exercício internacional, e que se testa progressivamente a legitimidade ganha pela origem, um facto imprevisível para Maquiavel e Bodin, e a garantia de um espaço privativo de intervenção criadora.

Tal criatividade e autonomia encontra na Comunidade de Estados de Língua Portuguesa um dos principais desafios, também com origem num grande espaço atravessado e igualmente por uma pluralidade de fronteiras: o Brasil não pode deixar de pertencer ao MERCOSUL; Cabo Verde, Guiné e S. Tomé sofrem a atracção da área do franco francês; Moçambique não poderá ignorar a Comunidade Britânica; Angola terá de considerar um grande espaço da África austral.

Os conceitos estratégicos de cada um desses espaços não serão sempre coerentes, opções difíceis devem ser previstas, conflitos de interesses poderão surgir.

A competição das potências pela presença em Angola, repartindo os interesses, lembra por vezes a época da Conferência de Berlim em 1885, pelo que o exercício da soberania de serviço, na mesma área onde existiu a estrutura imperial, é custosa mas irrenunciável, parecendo que robustecer o poder cultural e científico é a exigência mais ditada pelos espaços de futura presença em discussão.

São de várias espécies as comunidades que interessam a tal conceito de cooperação: os emigrantes de primeira geração, hoje sobretudo instalados na área da União Europeia, onde sofrerão o longo processo da adaptação, da assimilação, da integração que definitivamente supera o primitivo laço da cidadania; as comunidades descendentes de portugueses, por exemplo nas duas costas dos EUA, que sobretudo se identificam pela memória das origens; as comunidades que ficaram com alguma filiação na cultura portuguesa, porque por elas passaram a soberania e a missionação, como em geral aconteceu no Oriente. Finalmente os Estados de língua oficial portuguesa, primeiro referidos, e em relação a todos estes casos é importante desenvolver o poder cultural, primeira capacidade a exercer para conciliar as cooperações que permitam outras presenças e vantagens.

Em alguns deles, sobretudo no Oriente, e com a excepção de Timor se tiver vencimento a cruzada pela autodeterminação em que nos empenhamos, a defesa da cultura nem sequer poderá ser feita na língua portuguesa, mas parece irrenunciável.

De tudo concluímos que a identidade cultural portuguesa, repartida por comunidades de perfis variados, e por Estados vinculados a uma história colonial comum e à língua geral, tem na matriz originária, metrópole do passado e extinto império, uma trave mestra cuja identidade não foi afectada pela mudança, em tempo social acelerado, da estrutura mundial, e dos efeitos desta na sua própria definição política que ruí.

## GERTAL ESCOLAR ALIMENTA O FUTURO



**gertal**

### Gestão de Qualidade

O equilíbrio alimentar é uma condição necessária ao bom desenvolvimento da criança e do adolescente. Os profissionais da GERTAL, apoiados por uma selecção e uma formação rigorosas e por uma vasta experiência em inúmeras instituições escolares, asseguram-lhes uma relação de confiança e um Serviço de Qualidade. Por isso os Alunos, os Professores e os Auxiliares Educativos usufruem do prazer de uma refeição emendada com base em produtos rigorosamente seleccionados.

Por isso está em crise o Estado soberano como geralmente se passa com esse principal interveniente da vida *internacional*, mas não está em crise o Estado nacional.

Está sim em reformulação a maneira de ser Estado no mundo que tende para a globalização exigida pela mundialização das interdependências, e que obriga a novo ordenamento da hierarquia das potências.

A dialéctica entre o modelo de Estado renascentista e a globalização das gestões das interdependências, tem uma plataforma intermédia nos *grandes espaços* de vários sinais, que obrigam a teorizar as *fronteiras múltiplas*, e a equacionar as *várias balanças dos poderes* em que se analisa a capacidade do Estado para intervir.

No caso português, não coincidem a fronteira geográfica que hoje tem dois vizinhos, a Espanha e o Magreb; a fronteira económica, a evoluir para política, da União Europeia; a fronteira de segurança, com expressão na NATO; a fronteira cultural, abrangente das várias espécies de comunidades espalhadas pelo mundo, e dos Estados de Língua Oficial Portuguesa, estes por sua vez inscritos noutros grandes espaços, com conceitos estratégicos específicos.

Empurrado para a categoria de *Estado periférico* pelos critérios da teologia do mercado, é seguramente um *Estado de articulação e fronteira* pela evolução globalizante da segurança, repetidamente um *Estado exógeno* pela imperatividade dos factores externos que excedem a sua autonomia de decisão.

Não se trata de uma caracterização privativa, antes ela se multiplica ao ritmo da multiplicação do número de Estados no mundo, o que faz apelo a um conceito de *soberania de serviço* que, por igual, enreda a legitimidade de todos os Estados, grandes e pequenos, em função dos valores que até hoje têm a melhor expressão formal na Carta da ONU e na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A internacionalização da sociedade civil, a mundialização das interdependências, a emergência do património comum da Humanidade, a indivisibilidade da paz e segurança, tudo aponta para um mundo de soberanias cooperativas, para a presença activa nos órgãos internacionais de consulta, gestão e decisão, para compatibilizar os *civil rights* das Constituições com os Direitos do Homem das Declarações, para o fortalecimento das comunidades no contexto da globalização, para o reconhecimento das Nações como a forma mais perfeita de vizinhança cívica, para encontrar remédio à crise do Estado soberano, para salvaguardar, em todos os casos, o mundialmente ambicionado e raro Estado nacional. O comportamento do Estado português, neste fim do século que viu pôr um ponto final no Euromundo que ajudou a construir, tem a Nação como referência, e a evolução acelerada do sistema internacional como desafio. A história julgará da legitimidade do exercício.

ADRIANO MOREIRA  
*Conferências do Casino  
Figueira da Foz  
6 de Março de 1998*

## NOTA DA DIRECÇÃO

A Universidade Internacional da Figueira da Foz e a Sociedade Figueira Praia S.A., proprietária do Casino da Figueira da Foz, criaram um Programa de alto nível cultural intitulado: «Conferências do Casino» para tratar neste fim de milénio, os grandes problemas deste nosso tempo de mudanças que estamos vivendo, convidando personalidades de reconhecido nível científico e cultural para os tratar.

O título deste programa: «Conferências do Casino» lembramos um outro programa do mesmo nome, publicado no jornal «A Revolução de Setembro» de 18 de Maio de 1871 em que apareceram 12 personalidades daquela época e lembramos: Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e outros.

A execução do programa de 1871 ficou na 5.ª Conferência, sendo cancelado pelo Governo daquela época.

Auguramos ao novo programa de «Conferências do Casino» da Figueira da Foz um melhor sucesso, que os promotores certamente merecem, tendo em conta os seus objectivos culturais e científicos e a elevação do nível cultural da Figueira da Foz.

A inauguração do Ciclo de Conferências foi feita pelo Prof. Doutor Adriano Moreira, figura bem conhecida e apreciada na área da Ciência Política e Jurídica, cuja Conferência temos a honra de publicar neste N.º de Roteiros, brindando a sua leitura aos nossos estimados leitores.

A elite intelectual e cultural da Figueira da Foz encheu o magnífico salão do Casino na noite do dia 6 do passado mês de Março.

Para a 2.ª Conferência, que se realizou na noite do dia 4 de Abril, foi convidado o Dr. Francisco Pinto Balsemão, figura bem conhecida nos meios de Comunicação Social, que tratou o tema: «Os grandes problemas da Informação». O público soube responder enchendo o salão do Casino.

Fazemos os melhores votos pela continuação do bom sucesso das Conferências que se seguirão no decorrer deste ano e do próximo ano de 1999.

A DIRECÇÃO DE «ROTEIROS»

## COMPLETE A SUA BIBLIOTECA COM LIVROS DE ALTA QUALIDADE

O Instituto D. João de Castro deseja ajudá-lo nesse seu projecto cultural e dispõe das seguintes obras:

Legado Político do Ocidente de Adriano Moreira, César Albuquerque e Alexandre Bugalho .....	5.000\$00
Comentários — Adriano Moreira .....	1.500\$00
Colecção de Tratados, Convenções e outros actos públicos relativos a Portugal — Henrique Martins de Carvalho, 5 Volumes .....	15.000\$00
Ensaio Sobre o Problema de Estado, 2 Volumes de Adelino Maltez .....	5.000\$00
Imperial-Comunismo — Adelino Maltez .....	4.000\$00
Estratégia, 6 Volumes .....	6.000\$00
Mudança Cultural do Brasil .....	3.000\$00
Obras Completas de D. João de Castro, 4 grandes Volumes. Coordenação de Armando Cortesão e de Luís Albuquerque — cada Volume .....	12.500\$00
— A Colecção completa .....	50.000\$00

(Estes preços têm um desconto de 30% para os nossos sócios e leitores de *Roteiros*).

# IX FORUM UNIVERSITÁRIO DE ESTUDOS EUROPEUS

## MACAU NO CONTEXTO ECONÓMICO DO ORIENTE

**Comunicação redigida pelo Dr. João Amorim, Coordenador da Delegação da Fundação Oriente em Macau, e apresentada pelo Dr. Mário Brandão em 5 de Novembro de 1997 na sua intervenção no Colégio Universitário Pio XII.**

A conquista de Malaca abriu aos portugueses as portas do Extremo Oriente e a ligação marítima do Índico ao Mar do Sul da China.

Foi em Malaca que se verificaram os primeiros contactos com mercadores chineses e as redes comerciais então existentes, através das quais se concretizou a mítica demanda do Cataão.

O vasto arquipélago indonésio, a Indochina, depois a China e mais tarde o Japão tiveram os primeiros contactos marítimos com os europeus através dos navios portugueses que desde o início do século XVI demandaram aquelas paragens. As viagens faziam-se em navios da Coroa Portuguesa, mas também em navios mercantes privados, em juncos e outras embarcações locais.

Cedo o objectivo comercial implicou a necessidade de contactos políticos e diplomáticos e, inevitavelmente se colocou a questão religiosa ou, numa perspectiva mais global, a questão civilizacional.

Após contactos esporádicos, tentativas mais ou menos duradouras de estabelecimento a degenerar em conflitos, massacres e incêndios, os Portugueses acabaram por se fixar em Macau na primeira década da segunda metade do séc. XVI.

Foi um estabelecimento gradual e consentido, sempre entendido pelos chineses como provisório, baseado na mútua conveniência e sempre sujeito ao arbítrio dos designios e pressões das autoridades locais e imperiais da China.

Macau funcionou, assim, como entreposto comercial sem reconhecimento expresso de soberania ou capacidade administrante que fosse além do controle dos próprios súbditos da Coroa Portuguesa.

Tanto assim que só muito mais tarde se definiria uma estrutura político-jurídica com um mínimo de autonomia. Dependente de Goa, Macau foi durante décadas governado, digamos assim, pelos Capitães de viagem que na Nau do Trato faziam o comércio com o Japão o qual, aproveitando as tradicionais difíceis relações do Império do Meio com o arquipélago nipónico, se baseou na seda chinesa que se trocava pela prata japonesa.

Macau e Nagasaki eram os portos deste movimento comercial que correspondeu ao período áureo (ou mais literalmente prateado) do enclave português consentido pelos Chineses no Delta do Rio das Pérolas, a dois dias de navegação fluvial de Cantão, a grande metrópole do Sul da China.

Ainda que na estreita e contida esfera do permitido pelos chineses, Macau criou o seu órgão de governação própria, o Leal Senado, que hoje em dia corresponde à Câmara Municipal.

Na esteira dos Portugueses vieram, naturalmente, os navios de outras potências imperiais e mercantis europeias, nomeadamente:



Padre Aguiar a ler «Os Lusíadas» de Camões. Gruta de Camões (Macau), onde a tradição reza, que o poeta redigiu parte do seu poema.

Os holandeses que, depois de nos terem expulso de Malaca, tentaram por várias vezes, embora sem êxito, tomar Macau. Viriam, porém, a substituir-nos no Japão, após conflitos religiosos que degenerariam na retirada da nossa presença naquele país.

Os ingleses que acabariam por assegurar a parte de leão do comércio com a China e estabelecer-se, em Hong-Kong em 1841.

São conhecidas as vicissitudes do relacionamento entre potências expansionistas europeias e as autoridades do Império do Meio, que sempre tentaram regular e controlar o acesso dos «bárbaros ou diabos do Sul» (como os chineses chamavam aos europeus) e, obviamente, extrair o máximo de lucro destes contactos que pretendiam exclusivamente comerciais.

Fase de abertura relativa, ainda que sempre mantendo os europeus profilaticamente isolados em pequenos espaços estanques (como Macau ou a famosa ilhota das concessões em Cantão), alternavam com fases de conflito latente ou declarado de que a Guerra do Ópio, já no início deste século, foi o exemplo mais expressivo.

No que respeita a Macau, e em termos muito sintéticos, pode afirmar-se que após o termo do comércio com o Japão, a Economia entrou numa fase de acelerado declínio que viria a agravar-se com a fixação dos ingleses em Hong-Kong.

Por este tempo já os Portugueses tinham acumulado, porém, uma experiência de quase três séculos de contacto e convivência com os Chineses e com as complexas e diversificadas realidades da China, quer a nível dos mandarinatos sulistas quer com a própria Corte Imperial, onde soberanos menos herméticos haveriam de apreciar e respeitar os conhecimentos científicos e tecnológicos do Ocidente, geralmente levados pelos Jesuítas. Ainda hoje, no centro de Pequim, se mantém o Observatório Astronómico a que se associa merecidamente o nome de Mateo Ricci, um italiano daquela ordem eclesiástica.

Curiosamente, mas tudo tem a sua explicação, foi já na segunda metade do séc. XIX, e depois da fundação da colónia britânica de Hong-Kong, que Portugal se impôs efectivamente como potência administrante de Macau, a isto não sendo estranha a estruturação naquela época em curso do império ultramarino Português.

O processo custou a cabeça do Governador Ferreira do Amaral ainda que, após prolongadas diligências diplomáticas, fosse compensada com a entrega das cabeças de dois dos seus supostos assassinos.

Processo que não foi linear, já que ainda hoje se discute se a China reconheceu ou não a capacidade administrante de Macau pela Coroa Portuguesa, vindo a lume, entre outros, o Tratado de 1887 em que tal acordo se terá celebrado. Tratado que, porém, a China inclui na lista dos chamados tratados desiguais e, portanto, ainda que eventualmente assinado, não é reconhecido. De notar ainda que os ingleses aproveitaram a preciosa ajuda dos Portugueses de Macau e seus descendentes, miscigenizados com os chineses, para o bom sucesso da colonização britânica em Hong-Kong, onde serviram como precioso capital humano para os contactos comerciais com a grande China. Ainda hoje existe uma significativa e prestigiada comunidade macaense em Hong-Kong a qual, simbólica e socialmente se reúne no vetusto Clube Lusitano e no seu Country Clube onde se reconhecerá a influência do contacto com os ingleses.

Poderemos assim dizer que durante toda a segunda metade do séc. XIX e ao longo do séc. XX até à Revolução de 1974 em Portugal, Macau foi uma minúscula, pacata e sonolenta distante parcela do império ultramarino Português, sem qualquer relevância económica em si mesma ou para a longínqua Metrópole.

Pacatez que nem as revoluções republicanas quase simultâneas — 1910 em Portugal e 1911 na China — ou o conturbado período de agitação política que naquele país se estendeu até à implantação

da República Popular da China em 1949, perturbou excessivamente, apesar da guerra civil, da invasão japonesa e da 2.ª Guerra Mundial (durante a qual os japoneses ocuparam Hong-Kong mantendo uma discreta representação e influência em Macau).

Durante todo o século que, grosso modo, vai de 1850 a 1950, Macau sobreviveu, naturalmente ainda que o comércio que lhe servia de sustento tivesse, por vezes, de se ramificar em tráficos social ou éticamente menos recomendáveis, fosse o da mão de obra semi-escrava, fosse a dos estupefacientes, fosse o ouro, além do import-export convencional.

Está hoje estudado e documentado o modo como em Macau se geravam receitas derivadas do seu papel de entreposto da emigração de cules (do inglês coolie) para a América do Sul (Perú, Cuba, etc.), mão de obra não qualificada proveniente do inesgotável interland chinês para servir nas plantações e outros trabalhos pesados naquele subcontinente americano. Eça de Queiroz, nosso cônsul em Havana não deixou, aliás, de registar o movimento e os problemas daqui provenientes na sua correspondência

Nota: Livro publicado pela Fundação Oriente: «A Emigração dos Cules» de Beatriz Teixeira Bastos

Quanto ao ópio, Macau foi apenas um dos pontos do mapa do Oriente por onde este tráfico se desenvolveu. Para memória resta hoje em dia o edifício da Casa do Ópio, recentemente restaurado pelo Governo de Macau e Fundação Oriente, no âmbito de um protocolo de recuperação do património classificado.

A pacatez acima referida não esconde naturalmente a existência de problemas graves em Macau. Célebre ficou, por exemplo, a proposta do macaense Montalto de Jesus que na sua obra Macau Histórico, se lembrou de, no último capítulo da referida obra, apontar a entrega de Macau à Sociedade das Nações como



Rua Rosa Araújo, 49-A — 1200 LISBOA  
Tel. 352 24 69 — Telefax 42754 Acptur P — Fax 354 09 03  
Lic. DGT n.º 378/83

#### FILIAIS:

Shopping Center de Lisboa (Amoreiras), Loja 1122  
Telef. 387 22 88 — Telefax 64888 Acpamo P  
Fax 387 08 41

Rua Santa Catarina, 848/852 — 4000 PORTO  
Telefs. 200 24 99 — 200 25 00  
Telex 27133 Acptu P — Fax 200 25 02



UMA  
QUESTÃO  
DE QUALIDADE

única solução para a resolução da grave situação de atraso estrutural do enclave, na sua opinião derivada do total abandono a que Portugal o votaria.

A China Popular de Mao não pareceu, porém ver grande inconveniente na manutenção da presença portuguesa em Macau, talvez porque, bem vistas as coisas, Hong Kong foi a sua galinha dos ovos de ouro e Macau mais não era que uma quase dependência da colónia britânica que, a seu tempo, haveriam de ser reintegradas na Grande Pátria China.

Suposição esta que, hoje se confirma estava eivada de alguma sabedoria e pragmatismo.

Nem mesmo a grande agitação da Revolução Cultural que em 1966 e 1967 se fez sentir em Macau e Hong Kong veio alterar o status quo, contribuindo embora para reforçar a pressão e a posição de princípio da China que não reconhecia o domínio estrangeiro, ainda que contratual, nos dois portos gémeos mas desiguais, do Delta do Rio das Pérolas.

O início da década de 60, mas sobretudo a década de 70, vem no entanto marcar o arranque de um novo período em Macau.

Aproveitando a natural tendência dos chineses para o Jogo, o facto deste não ser permitido pelos ingleses em Hong Kong, (a não ser que relacionado com o desporto), — onde no entanto se geravam vultuosas receitas nas apostas das corridas de cavalos — e muito menos na China Comunista, a Administração portuguesa, haveria de atribuir a concessão exclusiva do Jogo em Macau a uma nova Sociedade, a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau, cujo accionista maioritário, Stanley Ho, transformou no potentado económico daquilo que hoje se designa por indústria do Jogo e cujo principal símbolo é o Hotel Lisboa e o seu casino.

Os cofres da Administração do território começaram, a partir daqui, a dispôr de recursos crescentes viabilizando orçamentos que as anémicas actividades comercial e industrial não haviam anteriormente permitido.

As sucessivas Administrações de Macau pós 74 foram, naturalmente, mais dinâmicas do que as do esgotado império colonial a quem Macau sempre pouco havia interessado, para além do estritamente político e simbólico, nomeadamente em termos



Fachada da Igreja do Colégio de S. Paulo, primeira Universidade do Oriente fundada pelos Padres Jesuítas portugueses em 1594 e fechada pelo Marquês de Pombal em 1759

económicos o que, entre outras consequências arrastou a própria ausência de implantação significativa da língua portuguesa nas comunidades locais.

Em 1976 foi publicado o novo Estatuto Orgânico de Macau estabelecendo, nomeadamente, uma Assembleia Legislativa como um dos órgãos próprios do Governo do Território, seguindo-se um reordenamento progressivo da ordem jurídica.

Em termos económicos, e a par do desenvolvimento do sector do jogo, cresceu uma quase monoindústria do têxtil e do vestuário a beneficiar do baixo custo da mão de obra local progressivamente reorientada para as vizinhas regiões do Sul da China, potencializando-se a capacidade exportadora pelo porto franco de Macau, nomeadamente para os Estados Unidos e Europa comunitária.

O aumento das receitas de Administração, onde o jogo constitui entre 40% a 45% das receitas totais, permitiu um esforço interno de melhoria das infra-estruturas e um rápido crescimento da construção e obras públicas em paralelo com o aumento das áreas de aterro conquistadas ao mar. de tal modo que hoje a área de Macau, creceu também ela, cerca de 50%, passando de 16 para 24Km<sup>2</sup>, em relação há 20 anos atrás.

Já na década de 80 iniciaram-se estudos para a construção de um aeroporto internacional, de uma segunda ponte, àquele associado, a ligar Macau à adjacente ilha de Taipa, um novo porto e um novo Terminal Marítimo e uma generalizada floresta de cimento.

Promoveu-se Macau como destino turístico, embelezou-se e limpou-se a Cidade, recuperou-se o património arquitectónico histórico que a torna única na região (*realçar papel da Fundação Oriente*) — já que em Hong Kong tudo o vento do progresso levou — organizaram-se Festivais de Artes, de Música, de Fogo de Artifício, concursos de misses a concorrer com as já tradicionais corridas de barcos-dragão e da Fórmula 3 do Grande Prémio, nascido por carolice de alguns «aceleras» na década de 50.

O Plano de Investimento da Administração passou a ser um instrumento de política económica com algum sentido e a ter peso importante no crescimento económico, no desenvolvimento, na melhoria da qualidade de vida. Os urbanistas e os economistas passaram a ter algo que fazer, o sistema bancário passou a ter um papel importante em termos da gestão financeira e do

## INSTITUTO D. JOÃO DE CASTRO

boletim informativo trimestral  
N.º de Registo 112 874

### Direcção

Pe. Joaquim António de Aguiar  
António Maria M. Pinheiro Torres  
(Secretário-Geral do IDJC)

### Redacção

Sede do Instituto  
R. D. Francisco de Almeida, 49 — (Restelo)  
1400 LISBOA  
Telef. 302 17 28

### Propriedade

Instituto Dom João de Castro  
N.º 212 873

### Difusão

Pedidos à Redacção

Fotocomp. e imp. na Minigráfica — Coop. de Artes Gráficas, CRL.  
Rua de Alegria, 30 — Tel. 322 49 50/346 47 20 • Fax 322 49 52 — 1250 LISBOA

DEP. LEGAL N.º 18 702/87



apoio/crédito ao investimento privado. (Trabalho de produção jurídica foi significativo).

Inevitavelmente a indústria estava e está a ser condenada a ser parceiro menor nesta história. É que, ao lado de Macau, como de Hong Kong aliás, a República Popular da China criou como que duas zonas tampão, Zhuhai e Shenzhen, com o regime de zonas económicas especiais, com regulamentos diversos do interland chinês a fim de atrair o investimento estrangeiro, e nomeadamente o da vastíssima diáspora dos compatriotas ultramarinos, aqui incluindo os de Taiwan, Hong Kong... e Macau.

A par, claro está, da sua característica especificidade do jogo e diversões correlativas, Macau é e está destinado a ser um centro de serviços aproveitando a sua localização geográfica e estatuto político-jurídico particular, a existência de infra-estruturas de boa qualidade no domínio das comunicações e telecomunicações, a disponibilidade de vastas áreas comerciais e de escritório a custos bastantes inferiores aos de Hong Kong ou das grandes cidades chinesas e um sistema fiscal ligeiro, pese embora, ainda, a complicada tramitação burocrática e o peso da máquina administrativa legada pelos Portugueses.

Sendo este Seminário «comemorativo das 500 anos da chegada de Vasco da Gama à Índia» não me parece adequado que vos incomode com muitos números ou análises económico-financeiras, área da minha especialidade mas a que hoje me escuso com algum prazer.

De qualquer modo, e em termos propositadamente sintéticos, posso referir que Macau se tem vindo a inserir progressiva e harmoniosamente, desde a década de 80, na grande região em que se integra, ainda que muito dependente e condicionado pela sua dimensão e envolvente política e económica.

Macau apresenta índices de crescimento não negligenciáveis. Hoje em dia o Produto cresce a cerca de 5%, a inflação ronda os 4%, o desemprego pouco excede os 3%. O nível de vida é razoável, ainda mais se comparado com a China circundante, mesmo a do Sul, que tem crescido a níveis record em termos mundiais. As reservas financeiras parecem suficientes também para que Macau possa encarar o futuro com um mínimo de tranquilidade e optimismo e a situação social é relativamente estável se descontados os fenómenos do submundo relacionado com o Jogo e adjacências.

O grande desafio de Macau consiste, a meu ver, na capacidade de que possa dispôr de manter aquilo a que, talvez vagamente, designarei pela sua identidade. E que passa, no fundo, por conseguir manter o grau de relativa autonomia que a Declaração Conjunta Luso Chinesa e a Lei Básica da futura Região Administrativa Especial de Macau lhe garantem no papel, a par com as distintas características culturais que, apesar de profundamente chinesas, lhe asseguram um estatuto diferente do das outras regiões da China.

Este desafio passa também pela manutenção de uma complexa teia de protagonismos e influências onde se equilibram as relações de Macau com a grande metrópole do Sul da China (Cantão), a vizinha zona especial de Zhuhai e o centro do poder situado em Pequim — o qual por vezes tem tido um precioso papel compensador das influências do Sul, conhecidas que são, e até naturais, as tensões regionais naquele vasto país à beira de se tornar na anunciada nova grande potência no século XXI.

Mas isto seria, provavelmente, tema que nos levaria demasiado longe e receio, aliás, ter já ultrapassado o tempo que entenderam conceder-me.

Sem me referir às recentes turbulências dos mercados, bolsas e divisas das economias asiáticas, dos seus Tigres e Dragões — que dariam tema para uma outra conferência — terminaria com uma breve referência à continuidade e futuro da presença portuguesa em Macau.

Em minha opinião faz algum sentido juntar vontades, esforços (e fundos...) para apesar de todas as condicionantes, manter uma presença que vá um pouco além do simbólico, e de uma marca digna e identificadora da nossa passagem de mais de 4 séculos por Macau.

Com realismo haverá que aproveitar as potencialidades que Macau e as boas relações de Estado a Estado com a China permitem e propiciam, quer em termos económicos quer em termos da Língua e Cultura Portuguesa, assegurando a continuidade de uma presença que tenha em conta a importância que a China tem hoje em dia na cena mundial e que, provavelmente, reforçará no futuro.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Lisboa, 15 de Novembro de 1997

## UM CALOIRO RUMO A ORIENTE

Já passaram três semanas e o Fórum ainda está na minha mente. Já passaram 21 dias e o Fórum anda comigo. Lá aonde vou, vai o Fórum. E é que o Fórum passou a formar parte de mim. A maneira como me enriqueci como pessoa e como universitário foi uma das minhas principais reflexões nestas últimas 50 horas da minha existência. Em definitiva, que foi o IX FORUM DE ESTUDOS EUROPEUS?

Foi sair da realidade, sair da pedestre vida verdadeira, viajar fora de mim e descobrir os fantasmas da vida quotidiana. Construindo e trocando ideias, sentimentos e vivências «in situ» de-me conta que existem outras formas de aprender e voltei para a minha «Itaca» com os sentimentos suavizados e a inteligência enriquecida.

Celebrar o Fórum no lugar ou ponto geográfico sobre o tema a tratar, é fundamental para o pleno assentamento das ideias sobre as quais se centrou a análise teórico anterior. O poder conviver com os universitários de todos os lugares e de diferentes cursos fomenta o debate e o diálogo das variadas matérias. As

exposições ou colóquios dos trabalhos são outro elemento essencial que serve para completar e aprender os nossos conhecimentos trocando ideias, opiniões e formas de pensar.

Agora, 30240 minutos depois, vejo o fórum, talvez um pouco idealizado, como a minha fábrica de sonhos, onde o conhecimento não tem fim, não tem fronteiras nem barreiras. Talvez para diminuir esta distância entre a realidade e a busca do conhecimento dos seres humanos nasceu o fórum. E é desta maneira como os privilegiados participantes conseguiram criar outro mundo, outra vida, outra humanidade melhor e diferente à real.

Que o maravilhoso mundo do conhecimento limitado neste IX Fórum Universitário de Estudos Europeus continue durante muitos anos para incrustar no seio dos universitários ao menos os mesmos sentimentos que me surgiram a mim.

José Maria Casado García

Asociación de Estudios Europeos de Badajoz

# O PILOTO ÁRABE DE VASCO DA GAMA



1. Revelações dos Roteiros do piloto árabe de Vasco da Gama encontrados na Rússia.

## EPÍGRAFO:

2. se o teu vento do Ocidente para região de Mazib  
ou se faz calor, se chega o tufão,  
se chove, são  
fenómenos que se alternam  
e acontecem nas viagens.  
Que importa dar a um piloto a  
descrição do que é a sua vida?

Pensa nisso e toma a tua decisão

Roteiro de Sófala  
do piloto de Vasco da Gama, Malemo Cana

3. Todos estão habituados a ouvir falar do piloto árabe, que guiou Vasco da Gama de Melinde a Calicute. Ele é mesmo uma figura da nossa intimidade, cantado n'Os Lusíadas quase metido no rol dos Grandes Navegadores portugueses o século XV e para sempre ligado ao descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia pelos portugueses.

Os historiadores portugueses chamaram-no respectivamente à portuguesa: Malemo Cana ou Canáqua, tratando-se de um mouro quazarate».

Um mistério profundo devia envolver a figura deste piloto sempre ligado à História de Portugal, até à segunda década do nosso século.

Foi, com efeito, só no ano de 1922, que o célebre orientalista francês Gabriel Ferrand acabou por identificar devidamente o Malemo Cana dos Velhos Cronistas portugueses com Ahmad Ibn Madjid, o maior piloto árabe do século XV, homem não só perito na arte de navegar, como dos mais cultos do seu meio e do seu tempo.

A isto veio juntar-se a sensacional descoberta — no fundo árabe do Instituto de Estudos Orientais da Academia de Ciências de S. Petersburgo, de um manuscrito árabe do séc. XV, contendo, nada mais nada menos, do que um Roteiro da autoria do piloto árabe de Vasco da Gama, em que se descreve e ensina toda a navegação do Índico, na costa oriental da África, até Sofala, falando-se dos portugueses respectivamente e aludindo-se claramente à viagem de Vasco da Gama.

Foi o chefe da secção dos estudos árabes nos tempos dos soviéticos prof. J. Kratchovsky, quem primeiro verificou que o manuscrito de S. Petersburgo continha três roteiros, em verso da autoria de Ibn Madjid. Dirigiu-se a Gabriel Ferrand, o qual não só confirmou o ineditismo da feliz descoberta científica, como se propôs estudar e publicar tão preciosos documentos.

Só em 1937 o seu discípulo famoso arabista russo, Prof. T. A. Chumovsky procedeu a essa tarefa.

Deste modo, nascia, em 1958, um interessantíssimo livro, intitulado «Três Roteiros Desconhecidos de Ahmad Ibn-Madjid. O Piloto Árabe de Vasco da Gama, editado pela Academia de Ciência da U.R.S.S. em Leningrado/actualmente a cidade tem o seu nome inicial de São Petersburgo.

A obra do Prof. Chumovsky constitui um trabalho notável.

Também é de apreciar o contributo do famoso erudito poliglota russo residente, há anos em Portugal, Prof. Dr. Myron Malkiel Jirmounsky a ler o texto árabe do Roteiro do piloto do Gama.

Primeiro procurou-se então explicar quem foi o famoso Ibn-Madjid, de que modo se ligou para sempre, à História de Portugal, mas também quanto o seu roteiro interessava à própria História Universal dos Descobrimientos.

Graças aos investigadores russos, o piloto árabe que guiou Vasco da Gama de Melinde a Calicut está identificado como Ahmad Ibn-Madjid, o seu nome completo à Chihabaddin Ahmad Ibn-Madjid-ibn-Muhammad ibn Mu'Allak as-Sa'di ibn-Abur Para ib-an-Nadji.

Era natural da cidade Djulfar em Omã, e os seus antepassados foram beduinos da Arábia do Norte. Não se sabe, ao certo as suas datas de nascimento e de morte, mas escreveu os seus roteiros em 1460 e em 1498 serviu Vasco da Gama, parecendo que teria nessa altura, uns 61 anos de idade. Herdou a profissão do pai e do avô que foram bons mareantes, mas ele superou-os em muito, tornando-se não só, o primeiro piloto (Mu allim) do tempo, como um dos quatro maiores pilotos conhecidos na história marítima do mundo árabe. Era uma pessoa ilustre, dentro do seu meio e do seu tempo com boa cultura geral e conhecimento técnico-profissionais, deveras importantes, passou a vida no mar, desde a adolescência até à morte, cortando o Índico em todas as direcções e frequentando o Mar Vermelho assiduamente.

Tinha, como piloto, uma competência prática e teórica indiscutível e, segundo a tradição da sua raça, fazia da navegação marítima um culto em que a disciplina e a ordem assumiam feições militares, por vezes aspectos sagrados. Além disso, era



VASCO DA GAMA

poeta. Poeta medíocre, mas com engenho e arte para redigir em versos rimados, roteiros técnicos de navegação.

Era costume dos pilotos árabes deixarem por escrito os frutos da sua experiência no mar, explicando e ensinando rotas, portos, etc.

Escreveu dezenas de trabalhos cheios de interesse histórico, que descobriram muitos pontos obscuros da história da navegação astronómica.

O que sabemos, desde o século XVI pelas fontes portuguesas, acerca do piloto árabe de Vasco da Gama, pode resumir-se assim:

\* NOTA: (Segundo os documentos descobertos por Ferrand, Kratrchovsky e Chumovsky, o famoso Ibn Madjid era o célebre Malemo Cana ou Canákua dos Velhos cronistas portugueses, isto é, o piloto árabe que guiara Vasco da Gama na travessia do Índico. O nome foi aportuguesado, de duas palavras árabes Mu'allim e Kanaca - significando, a primeira, mestre de navegação, e a segunda, astrólogo.

Por conseguinte as duas, juntas, em árabe, querem dizer mestre de navegação astronómica.

E então, não havia dúvidas de que Ahmad Ibn-Madjid foi, de facto, o autêntico Mu'allim Kanaca, o que foi descoberto por Ferrand nos textos do escritor Kutb ad-dim an-Nahzawali e no manuscrito árabe de 1554 Al-Muhit («O que contém tudo» isto é, «Enciclopédia»).



## HOTEL ROMA

\*\*\*

AVENIDA DE ROMA, 33 — 1700 LISBOA  
END. TELEG. - ROMATEL — TELEX 16588 P  
TELEFONE 76 77 61 (10 LINHAS)

### EM FÁTIMA:

\*\*\*

**HOTEL SANTA MARIA**  
Rua de Santo António  
Telefs. (049) 51015/51025 — Telex 43108

**HOTEL DOM JOSE**  
Av. D. José Alves Correia da Silva  
Telefs. (049) 52215/52225 — Telex 43279

A armada de Gama, depois de passado o Cabo da Boa Esperança, subiu, ao largo, a costa oriental de África, até Melinde, procurando um piloto experimentado que lhe facilitasse a travessia do Índico. Em Lisboa já se sabia, e Vasco da Gama ia disso bem informado, que a navegação entre a costa oriental da África e a península indostânica era não só frequente, mas até fácil. Bastar-lhe-ia assegurar-se da colaboração de algum dos pilotos árabes com hindús, que mantinham carreiras de navegação periódicas entre as duas costas do Índico.

É possível, que Gama já soubesse, que o Rei de Melinde o receberia bem, facilitando-lhe a missão.

Para ali se dirigiu, pois, sendo efectivamente «muito bem recebido e logo lhe prometendo o monarca não só um piloto de confiança, como tudo mais do que necessitasse. Entre diversos pilotos de qualidade, o Rei de Melinde mandou «um Mouro Guazarate de Nação», escreve João de Barros — chamado Malemo Cana.

Vasco da Gama, depois que praticou com ele, ficou muito contente; principalmente quando lhe mostrou uma carta de ida a costa da Índia arrumada ao modo dos Mouros. O relato do encontro de Gama com o piloto árabe Malemo Cana, é repetido por todos os cronistas portugueses contemporâneos e foi confirmado ainda no século XVI na História da Conquista do Yaman pelos Otomanos por Kutb ad-dim an-Nahrawali 1511-1584.

Tanto o historiador Ferrand, como também o arabista russo Dr. Chumovsky são da mesma opinião; O piloto árabe Malemo Cana ou Canákua consentiu em vir a ser o piloto de Vasco da Gama por grande remuneração e, além disso para não expiar as suas relações com o Rei de Melinde, que o recomendou. Assim deve ter sido, até porque o piloto não podia supôr, conforme mais tarde confessou, que aquele punhado de portugueses era a grande força que expulsou os árabes da Índia e do Índico, vibrando, desse modo, um golpe mortal no seu Império e no seu comércio. Note-se que os árabes desde a Conquista de Alexandria em 640 dominaram o mar Vermelho que ligava através de um canal ao rio Nilo e este ao Mediterrâneo isolando a Europa.

*Dra. Natacha Kalina*

NOTA: É com muito prazer que «Roteiros» publica este artigo da Dra. Natacha Kalina, licenciada em Língua e Cultura Portuguesas pela Faculdade de Letras da Universidade «Pedro» de S. Petersburgo e que se encontra em Lisboa no Centro de Apoio à Juventude João Paulo II a preparar a tese do Mestrado, tendo como tema, as Relações entre a Rússia e Portugal no século XVIII.

Transcrevemos o testemunho de um dos companheiros de Vasco da Gama que descreve a cena do encontro de Vasco da Gama com o Samorim de Calicut, que o pintor Domingos Rebelo pintou na Assembleia da República e que vem reproduzida na Capa deste N.º 31 de Roteiros.

«E ao outro dia pela manhã, que foi uma segunda-feira, 28 do mês de Maio, foi o capitão falar com el-rei e levou consigo, dos seus, 13 homens, dos quais eu fui um deles. E todos fomos muito bem ataviados e levávamos bombardas nos batéis e trombetas e muitas bandeiras. E tanto que o capitão foi em terra, estava aquele alcaide com muitos homens consigo armados, e deles sem armas, os quais receberam o capitão com muito prazer e gasalhado, como homens que folgavam de nos ver [...] Ali trouxeram ao capitão umas andas [andor, palanquim] de homens, em que os honrados costumavam em aquela terra de andar; e alguns mercadores, se as querem ter, pagam por elo [isso] a el-rei certa cousa. E o capitão se pôs nelas e levavam-nas seis homens a revezes. E partimos com toda aquela gente, após nós, a caminho de Calecute» (Diário da Viagem de Vasco da Gama, ed. Magalhães Basto, vol. I, p. 63).

# O COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII E O MOMENTO HISTÓRICO QUE VIVEMOS:

O Portugal autêntico viveu neste século dois momentos históricos que marcam o nosso modo de ser, de viver e de nos projectarmos no mundo.

Em 1940 realizou-se em Lisboa frente aos Jerónimos, a Exposição do Duplo Centenário: o Nascimento de Nação no Século XII e a Restauração de 1 de Dezembro de 1640.

Neste mês de Maio com a abertura da Expo 98, lembramos a chegada de Vasco da Gama a Calicut após um esforço enorme feito pelo povo português a partir de 1416 com a Conquista de Ceuta, a passagem do Cabo Não em 1436, as descobertas de Cabo Verde em 1460, a Costa da Mina por João de Santarém e Pêro de Escobar em 1474, a passagem do Equador por Rui de Sequeira, em 1486 o

de Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira, D. Francisco de Almeida 1.º Vice-Rei da Índia, Afonso de Albuquerque 2.º Vice-Rei da Índia que conquista Goa em 1510 e Malaca 1511, Jorge Álvares vai de Malaca à China 1513, Tomé Pires é enviado como Embaixador a Pequim; Lopo Soares de Albergaria é nomeado Governador Geral da Índia em 1518 — Vasco da Gama em 1524 é nomeado de novo Vice-Rei da Índia e morre em Cochim em 25 de Dezembro do mesmo ano.

D. João Castro escreve o 1.º livro dos Roteiros 1535.

S. Francisco Xavier chega a Goa em 1542, em 1540 D. João de Castro é nomeado Governador da Índia e morre em 1546; em 1552 morre S. Francisco Xavier às portas da China.

A fixação portuguesa em Macau em 1557, sendo criada a diocese em 1575. Após 501 anos da nossa chegada ao Oriente e 402 da nossa chegada a Macau entregaremos à China uma cidade de 500 000 habitantes, tendo recebido uma pequena área deserta de 16km<sup>2</sup> e 2 pequenas ilhas.

Estes factos são dignos de meditação. É um problema de justiça lembrar os nomes de alguns dos nossos antepassados prestando-lhe a nossa homenagem e foi isso que quisemos fazer com a realização do IX Fórum Universitário de Estudos Europeus em Macau de 30 de Março a 8 de Abril p.p.

Não basta lermos nos livros da nossa História, é preciso vermos com os nossos olhos o que eles nos deixaram e o tempo respeitou.

Macau é um bom exemplo para a nossa Juventude de Hoje tomar consciência do passado e pensar se tudo terminou e recolhemo-nos à Mãe Pátria ou se é possível abrir novos caminhos no futuro.

Convido os participantes deste IX Fórum a meditar e pensar em relação ao futuro dos novos caminhos a abrir na China, que obriga a um estudo profundo e à criação de novas metodologias. É hora, bem que tardia, para a criação duma Escola ou Instituto de Sinologia e estimular a formação de Sinólogos.

Lisboa, 10 de Junho de 1998

Dia de Portugal

DEPARTAMENTO CULTURAL DO COLÉGIO UNIVERSITÁRIO PIO XII

(Pe. Joaquim António de Aguiar)

Nem deixarão meus versos esquecidos  
Aqueles que, nos Reinos lá da Aurora,  
Se fizeram por armas tão subidos,  
Vossa bandeira sempre vencedora:  
Um Pacheco fortíssimo e os temidos  
Almeidas, por quem sempre o Tejo chora,  
Albuquerque *terribil*, Castro forte,  
E outros em quem poder não teve a morte.

Estrofe 14 do 1.º Canto dos Lusíadas de Camões



contacto de Diogo Cão com o Congo, em 1487 e 1492 os contactos de Pêro da Covilhã com a Índia e a Etiópia e em 1487 a passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias.

Lembramos com certeza o Infante D. Henrique, D. João II, D. Manuel I, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Gaspar Corte-Real, Diogo Dias, André Golçalves, Fernando Noronha, Gonçalo Coelho, Afonso de Albuquerque, Francisco